CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA
Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2019 DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA
31 DE MAIO DO ANO DE DOIS MIL E DEZANOVE

----- Ao trigésimo dia do mês de maio de dois mil e dezanove, pelas catorze horas, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria (CISM), no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila do Porto, freguesia e concelho de Vila do Porto, para a segunda reunião ordinária, tendo como pontos da ordem de trabalhos; ----------

Ponto 1. Balanço da Visita Estatutária do Governo Regional dos Açores à Ilha de Santa Maria; ----------
Ponto 2. Investimento aeroespacial em Santa Maria: desafios para um futuro próximo. ----------

----- O Presidente do Conselho de Ilha, Daniel da Silva Gonçalves, deu início à reunião e saudou todos/as os/as presentes e agradeceu em particular a presença de dois cidadãos do público, nomeadamente, a Sra. Susi Andrade Braga e o Sr. Ricardo Afonso que pediram para intervir na sessão. ----------

----- A seguir, solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada de presença. A esta reunião, compareceram os seguintes conselheiros: Pedro Miguel Teixeira Carreiro Coutinho - Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto; Ezequiel dos Santos Gaspar Pereira Araújo que substituiu o Conselheiro Carlos Henrique Lopes Rodrigues – Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto; Daniel da Silva Gonçalves - Presidente; Roberto Furtado Lima de Sousa; José de Andrade Melo; Eduardo Manuel Pereira Cambraia; Jorge Alberto Monteiro Santos; José da Ascensão Cabral Branco; Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa (Vice-Presidente); António Manuel Sousa Braga; José Arsénio Sousa Chaves (1º Secretário); as Conselheiras Maria Helena Cabral de Lordelo (2ª Secretária); Maria Dulce de Oliveira Resendes; Márcia Catarina Costa Santos; e Graça Pombeiro Andrade Morais. Esteve presente a deputada pelo PSD/A, Elisa Lima Sousa. Informaram a mesa da sua ausência os Conselheiros Marco André Braga Carvalho, Duarte Manuel Braga Moreira, Aníbal Cabral Moura, e Jorge Alberto Cabral Botelho (que ainda não tomou posse como representante da Associação de Pescadores). Justificaram as suas ausências a deputada e o deputado regionais eleitos por Santa Maria: Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves e João Vasco do Monte Ferreira Pereira da Costa. ----------

1. Período de Intervenção do Público.

----- Foi aberto o período de intervenção do público pela Sra. Susi Andrade Braga que se queixou, com grande emoção, sobre um caso, segundo ela, de diagnóstico errôneo e negligência clínica por parte de um profissional de saúde da Unidade de Saúde de Santa Maria, o qual contribuiu, em grande medida, para que uma familiar sua, nomeadamente, uma irmã, encontrar-se presentemente num estado de saúde considerado muito grave. O Presidente, Conselheiro Daniel Gonçalves, agradeceu a apresentação da senhora, e relembrou que no último memorando publicado pelo Conselho de ilha, uma grande parte do documento revelou as grandes preocupações que os conselheiros vêm apresentando no âmbito dos serviços de saúde, sobretudo no que diz respeito à dificuldade que há em assegurar recursos humanos na Unidade de Saúde de Santa Maria. O Conselheiro adiantou que, dada a gravidade da situação, tal como a apresentou, quis ressalvar a existência de vários mecanismos que a protegem como utente, e sugeriu que este assunto fosse apresentado, mais tarde, na reunião onde o tema da saúde será

abordado em relação às respostas do Sr. Secretário da Saúde, aquando da visita estatutária do Governo Regional a Santa Maria. Em seguida, o Presidente passou a palavra à segunda apresentação pública, desta vez apresentada pelo Sr. Ricardo Afonso, sobre vários temas: estruturas públicas, EBSSMA, investimento espacial, e saúde. A apresentação, por escrito, ficará anexada à presente ata. ----------

Período antes da Ordem do Dia:

----- O Presidente e Conselheiro Daniel Gonçalves colocou à discussão e apreciação dos conselheiros a ata da 1.ª reunião ordinária do CISM de vinte e três de janeiro de dois mil e dezanove, a que, sem inscrições, foi aprovada por maioria com as abstenções dos conselheiros Roberto Furtado, Dulce Resendes, Eduardo Cambraia, Graça Morais e Jorge Santos, que não participaram na reunião a que a ata diz respeito. ----------

----- De seguida, o Presidente abriu inscrições e passou a palavra ao Conselheiro José Branco. O Conselheiro lamentou profundamente a situação relatada pela Sra. Susi Andrade Braga, e disse que esta apresentação levou-o a recordar uma reunião do Conselho de Ilha onde esteve presente o anterior Secretário da Saúde, e onde foi anunciado que viriam dois novos médicos trabalhar para Santa Maria. O Conselheiro José Branco disse aproveitar a ocasião para perguntar ao Sr. Secretário se este conhecia os médicos, e que garantias poderiam eles oferecer à Unidade de Saúde de Santa Maria. O Secretário não adiantou mais senão que os médicos certamente possuem uma carteira profissional. "Isto de certa forma antecipou - continuou o conselheiro - aquilo que ao fim ao cabo todos entre linhas vão citando que, se calhar, não são os profissionais mais certos ou mais próprios ou mais atentos para o vasto leque de intervenções que é necessário fazer numa comunidade como a nossa". ----------

----- O Conselheiro José Arsénio pediu a palavra e levantou a questão sobre o número de enfermeiras (os) que trabalham por turno no Internamento da Unidade de Saúde de Santa Maria. Para efeitos de comparação, disse que nas enfermarias do Hospital Divino Espírito Santo, em São Miguel, trabalham, no mínimo, três enfermeiras (os) por turno, enquanto que aqui, falando-se de um número equivalente de camas, o turno da tarde, das 4h00 à 24h00, e o da noite, das 24H00 às 8H00, são cobertos por uma só enfermeira (o). Face às actuais condições, o conselheiro questiona-se sobre o nível de serviço que esta unidade é capaz de prestar. ----------

----- O Conselheiro Jorge da Costa pediu para intervir dizendo que, como cidadão, e não como conselheiro, desejava comunicar que existe uma Inspeção Regional de Saúde e um Provedor de Saúde, organismos estes onde os cidadãos podem apresentar as suas queixas, e que estas existem precisamente para esse efeito. Agradeceu à Sra. Susi Braga por ter feito chegar as suas preocupações ao Conselho de Ilha, à semelhança do que tem acontecido com outros cidadãos, e outras preocupações. Quanto à proposta do Conselheiro José de Melo sobre a vinda do Sr. Secretário da Saúde encontrar-se com este órgão, salientou que o Conselho de Ilha esteve sempre disponível para receber todas as pessoas. Relativamente à comunicação social aproveitar-se de um conjunto de informações e depois fazer disso eco, isso são assuntos da competência da própria, a qual existe para fazer o seu papel e assumir as suas responsabilidades. ----------

----- De seguida, o Presidente do Conselho deu a palavra à Sra. deputada do PSD/Açores, Conselheira Elisa Lima Sousa, e aproveitou para perguntar se tinha alguma novidade relativamente aos resultados do inquérito (sobre a Unidade de Saúde de Santa Maria). A Conselheira respondeu que no dia 8 de abril, 2019, o BE (Bloco de Esquerda) levantou essa questão no parlamento, mas que não houve qualquer tipo de resposta. Relembrou também que tinha estado em comissão com o Sr. Secretário no dia 31 de janeiro de 2019, onde o questionou sobre o assunto e que "as respostas foram mais do mesmo". Também disse que levantou a questão da fisioterapeuta que saiu através de uma licença sem vencimento e perguntou-lhe qual era a solução para esta situação. A resposta dada pelo Sr. Secretário foi "uma prestação de serviços para substituir a técnica". Passaram-se cinco meses e a técnica ainda não foi substituída. A Conselheira adiantou que vale ressaltar que o Sr. Secretário, numa visita recente a Santa Maria, anunciou aumentar o número de técnicos na Unidade de Saúde, incluindo um médico, excepto que tudo continua na mesma. A Conselheira Elisa Lima Sousa concluiu dizendo "que se não fosse a comunicação social a ter dado o ênfase que deu às queixas dos utentes, e às queixas no caso da Dra. Madalena, que foi quem tornou público uma situação, muito possivelmente nós viveríamos esta situação internamente, e continuava a não ser tratada." ----------

----- De seguida, foi dada a palavra ao Conselheiro Pedro Coutinho que disse que gostaria de adicionar um novo item à lista de problemas relacionados ao tema da saúde, ou seja, o pagamento dos subsídios diários de deslocação. Reiterou que desde Janeiro de 2019, com a alteração dos procedimentos ao nível das deslocações dos utentes para o Hospital Divino Espírito Santo, em São Miguel, tem havido atrasos superiores a seis meses relativamente ao reembolso dos subsídios diários aos utentes. Esta situação, acrescentou, poderá acarretar problemas de origem financeira a alguns utentes. ----------

----- A Conselheira Elisa Lima Sousa interveio sobre este assunto e explicou que esta situação é transversal a todas as ilhas e que o PSD/A já fez chegar esta semana ao Governo um requerimento que questiona o porquê do atraso. ----------

----- Em seguida, foi facultada a palavra ao Conselheiro Roberto Furtado que se pronunciou de uma maneira veraz sobre os vários assuntos que temos vindo a discutir no CI relacionados com o tema da saúde e, manifestou-se, particularmente, sobre a denúncia apresentada hoje ao início desta reunião pela Sra. Susi Andrade Braga, considerando que se tratou "... claramente um grito da sociedade e um pedido de ajuda às instituições. (...) os casos (semelhantes) à irmã da Susi seguem-se às dezenas, se calhar semanalmente, e isso é gravíssimo. (...) Nós temos recursos, nós precisamos medidas diferentes, políticas diferentes (...) e portanto, é isto que nós devemos continuar a debater." O conselheiro sugeriu que se dê conhecimento público das declarações proferidas no período de intervenção do público e, por fim, louvou a presença e intervenção da Sra. Susi Andrade Braga e do Sr. Ricardo Afonso. ----------
---

----- Para concluir, o Conselheiro Daniel Gonçalves interveio para dizer que já colaborou com vários utentes a preencher reclamações, queixas, ou observações no portal do Provedor da Saúde. Explicou que é um processo que permite chegar aos serviços que tutelam a saúde, e que permite desencadear

um processo relativamente rápido de averiguação junto da Unidade de Saúde. O Conselheiro ofereceu-se para ajudar à Sra. Susi Braga nesse sentido, no caso de estar eventualmente interessada, não como presidente do Conselho de Ilha em particular, mas como cidadão, e revelou que, infelizmente, tem prática e conhecimentos nessa área. ----------

----- Terminada esta ronda de intervenções e, não obstante a importância do assunto em discussão, o Presidente do Conselho pediu uma votação à possibilidade de requerer que o Sr. Secretário da Saúde se reúna com o Conselho de Ilha o mais oportunamente possível, conforme a sugestão deixada pelo Conselheiro José de Melo. O Conselheiro Roberto Furtado interveio, por sua vez, e pediu ao Conselheiro José de Melo que fosse mais concreto naquilo que se deseja apresentar ao Secretário. Lembrou que o Conselho tinha preparado "um memorando detalhado e com casos concretos", disse o Conselheiro Roberto Furtado, e não havendo novos e concretos casos para juntar àqueles que já foram, de uma forma detalhada, identificados, e comunicados em memorando ao Sr. Secretário da Saúde, e sobre os quais o Conselho já obteve esclarecimentos aquando da visita estatutária do Governo Regional a Santa Maria, o Conselheiro julga prematuro e desproporcionado pedir nesta altura uma nova reunião com o Sr. Secretário. ----------

----- A seguir, o Presidente do Conselho retomou a palavra ressaltando que o tópico da saúde vai voltar a ser abordado aquando das intervenções sobre o balanço da visita estatutária. Esclareceu ainda que a ordem de trabalhos vai começar precisamente pelo aspecto da saúde, até porque alguns conselheiros desejam acrescentar alguns tópicos. ----------
----- Entretanto, o Sr. António de Braga pediu a palavra para lembrar que existem outros meios, para além daqueles que foram mencionados pelo Conselheiro Roberto Furtado, onde os cidadãos poderão apresentar queixas semelhantes àquelas que foram levantadas pela Sra. Susi Andrade Braga. Evitou, em tom emocional, manifestar-se sobre o caso da Sra. Susi Braga por ela ser membro da família. Ainda sobre este mesmo assunto, o Conselheiro Pedro Coutinho fez saber ao Conselho que existem vários processos de investigação a decorrer presentemente por parte do Ministério Público e do Tribunal de Santa Maria. ----------

Ordem do Dia
1. Balanço da Visita Estatutária do Governo Regional dos Açores à Ilha de Santa Maria.

----- O Presidente do Conselho abriu inscrições para o primeiro tópico - saúde. Deu-se início ao debate com a intervenção do Conselheiro Jorge Costa que esclareceu que, por não ter comparecido à reunião do Governo Regional com o Conselho de Ilha aquando da visita estatutária, desconhece as respostas em concreto do Sr. Secretário aos assuntos que foram colocados no memorando, mas existem, contudo, dois aspetos que não poderia deixar de reforçar nesta reunião. Um tem a ver com o valor das ajudas de custo associadas às deslocações de pacientes. Relembrou que o custo de vida em Ponta Delgada, devido principalmente ao "boom" do turismo naquela cidade, é "significativamente mais elevado" do que em todas as outras ilhas da região. Realçou que as pessoas de Santa Maria que por motivo de doença deslocam-se a Ponta Delgada, que para além de outras despesas, "têm que dormir com os preços do turismo, (e) têm que comer com os preços do turismo". Portanto, na opinião do

Conselheiro "a forma como está a ser estipulado o valor da ajuda de custo que se dá às pessoas vai ter que ser re-equacionado, ou deveria ser re-equacionado, por parte do Governo Regional no sentido de encontrar algum indicador que depois sirva para o cálculo do apoio a dar às deslocações." Um outro assunto que desejou levantar tem a ver com a "constituição de residências para acolher a deslocação dos doentes." Este assunto foi proferido recentemente pelo Sr. Presidente do Governo Regional. O Conselheiro acha que este órgão poderia solicitar ao Sr. Presidente do Governo, ou ao Sr. Secretário da Saúde, que legasse "uma aceleração neste processo...utilizando uma ferramenta que neste momento existe, mas de poucos recursos, que é a missão da Associação de Marienses e Amigos de Santa Maria". A existente residência, acrescentou, apoiada pela Associação, "tem a suas limitações, pela sua dimensão, e não comporta mais." A Secretaria Regional da Solidariedade Social também havia demonstrado, há alguns anos atrás, "disponibilidade em protocolar com a Associação de Marienses e Amigos de Santa Maria a cedência de uma casa para esse efeito, o que até esta data não aconteceu." Por fim, o Conselheiro criticou a forma desordenada quanto ao tratamento dos processos de deslocação entre a Unidade de Saúde de Santa Maria e as demais unidades de saúde da região. O Conselheiro fez conhecer um caso particular com o qual lidou ao nível patronal, e lamentou fortemente "que esses problemas continuem a decorrer por não existir ainda nenhuma medida ou política no sentido de alterar essa situação. A mim parece-me que demagogia, e respostas a questões concretas, e depois não existir medidas a serem tomadas, isto é que é verdadeiramente demagogia." ----------

----- A palavra foi dada a seguir ao Conselheiro Ezequiel Araújo que disse achar "de mau tom" estarmos à espera para reunir com o Sr. Secretário, caso aconteçam mais casos. O que queremos é que não aconteça mais caso nenhum, refere. Também quero acreditar que quando veio cá o Sr. Secretário uma semana antes da visita do Governo, veio com a firme intenção de resolver os problemas e não desbravar caminho para ser mais fácil, durante a visita estatutária, para o Governo estar mais confortável e ser menos confrontado com esses assuntos, disse. Na opinião do Conselheiro seria oportuno convidar o Sr. Secretário para encontrar-se com o Conselho, o mais breve possível, porque em questões de saúde não se espera, para fazer o ponto de situação sobre os anúncios que o Sr. Secretário fez quando da sua visita a Santa Maria. E depois, "perante a presença do Sr. Secretário, então trazer cá os testemunhos que existem, se as pessoas estiverem disponíveis, como foi o caso da Susi, na presença dele, para ele ficar sensibilizado". ----------

----- A seguir, tomou a palavra o Conselheiro José Branco que recordou que a saúde, tal como a educação, é uma obrigação constitucional dos Governos para com os seus cidadãos, e portanto estes não estão "a pedir nada de mais". Também acrescentou que "o simples facto de que termos eleitos locais, políticos, permanentemente a defender os nossos interesses, bastaria a sua intervenção para que quaisquer falhas do sistema fossem reparadas. Eu acho estranho - continuou - nós estarmos sistematicamente a bater na mesma situação de problemas nesses sectores. É inconcebível que assim seja...nós temos permanentemente os senhores deputados, que são eleitos para defender os nossos interesses, e eu até a propósito disso e concordando com o que o Conselheiro José de Melo disse à bocadinho, a propósito disso fiquei admiradíssimo, outro dia, ao invés de ver uma intervenção pública dos nossos deputados eleitos a defender essa causa da saúde, vi uma intervenção pública de alguns dos nossos deputados eleitos a defender a dama deles." ----------

----- De seguida tomou a palavra o Conselheiro José de Melo, e sublinhou que, se o que ouvimos é um caso de negligência, isso é muito grave, e tem que ser recorrida à Inspeção Regional da Saúde dos Açores e aos tribunais. "Para evitar situações semelhantes - acrescentou - eu volto a reiterar que seria importante nós ouvirmos o Sr. Secretário, olhos nos olhos, com calma, nós sabemos que ele é uma pessoa séria, saber que recursos é que tem, a marcha que está a fazer, respostas é que tem...em que ponto está a sua resolução, e é evidente que este balanço tinha que ser feito de uma forma direta, para sermos mais assertivos e mais objetivos nas respostas." Enalteceu a experiência que o Conselho de Ilha teve com um anterior Secretário da Saúde, que esteve presente numa das reuniões deste órgão, e onde foram colocadas "todas as questões, todas, e mais, houve várias pessoas que também, volto aqui a reiterar, colocaram algumas situações concretas, porque eu não tenho dúvidas nenhumas que o Governo dos Açores, e que o Sr. Secretário da Saúde, quer que isso seja resolvido. Eu não tenho dúvidas nenhumas." Destacou ainda que é necessário fazer chegar os problemas ao Sr. Secretário de uma maneira "objetiva e concreta" e "com prioridade, e porque este não pode agir "no disse que disse", acrescentou o Conselheiro. Desafiou o Conselho de Ilha salientando que "agora nós temos essa oportunidade, como órgão, de solicitar ao Sr. Secretário para vir aqui, para lhe colocarmos as situações relativamente ao memorando, como dizia ali o (Conselheiro) Roberto Furtado, as situações novas." O Conselheiro reafirmou que o que "é preciso é que tudo que está pendente seja-nos esclarecido, olhos nos olhos, o que está em andamento, porque a reclamação que aqui foi dita e feita foi que 'já se falou', 'ele disse que ia fazer', etecetera, e até agora nada (se fez)...e mais, na altura que se tiveram a fazer a elencagem de todas as situações...eu disse vamos registrar isso de forma concreta". O Conselheiro defendeu que devemos dar às pessoas a oportunidade delas expressarem os seus problemas e queixas "de viva voz e de vivência na pele". Por fim, o Conselheiro convidou o Conselho a votar na sua proposta, salientando que "se todos votarem na minha proposta, na proposta que eu deixo aqui, como proposta do Conselho de Ilha, não há necessidade de estar a fazer mais papelinhos. Se o Senhor (Secretário) responder que vem, nós colocamos tudo de imediato à sua frente, independentemente de sugerir, porque no fundo é muito doloroso que se avance para processos jurídicos nessa matéria." ----------

----- Para terminar a ronda sobre este tópico, o Presidente do Conselho, Daniel Gonçalves, passou a palavra ao Conselheiro José Arsénio que disse que a reunião que houve com o Secretário da Saúde de então teve lugar somente com o Conselho de Ilha, mas quis lembrar que, nessa altura, os marienses manifestaram vontade de falar com o ele pessoalmente, e fizeram-no à saída da reunião. Por essa razão, disse que gostava de pôr à consideração dos conselheiros que esta reunião com o Sr. Secretário fosse aberta ao público. O Conselheiro António Braga, pediu a palavra para dizer "que é preciso separar o trigo do joio". Quis deixar claro que temos na Unidade de Saúde bons profissionais de saúde, bons técnicos de diagnóstico e terapêutica, e bons equipamentos. O que não temos, acrescentou, "é uma boa avaliação clínica." Por isso disse ser importante, que para uma eventual reunião com o Sr. Secretário, estejam presentes os técnicos de diagnóstico e terapêutica." ----------

----- De seguida, o Presidente deu a palavra à Conselheira Elisa Lima Sousa que sublinhou que ao pedir uma reunião com o Sr. Secretário há que distinguir duas coisas: uma tem a ver com o relatório de inquérito que foi feito, e este foi baseado em muitos dos casos que foram já relatados. Quanto a esse,

"o Sr. Secretário não vai responder a nada." O que é relevante saber, e que continuamos sem saber, sublinhou a Conselheira, é se o relatório de inquérito foi entregue ou não ao Ministério Público. "Porque se foi entregue ao Ministério Público significa que há matéria crime, se não foi ao Ministério Público, estamos para saber por que é que o Governo tem o relatório desde o dia 8 de março (2019) e até agora não fez nada". Outra coisa completamente diferente, salientou a Conselheira, é "pegar naquele memorado que já foi elaborado aqui pelo Conselho de Ilha, perceber o que tem sido feito, e aproveitar para questionar, se calhar, algumas das medidas que ele veio cá dizer que ia colocar em prática, e que ainda não foram colocadas." Quanto a questões relativas a casos específicos, "só para ele ter conhecimento, e só para nós demonstrarmos como a população está perturbada, inquieta, e insegura, porque de outra forma ele não vai responder a nada." ----------

----- De seguida, a palavra foi passada à Conselheira Dulce Resendes. A Conselheira demonstrou solidariedade relativamente ao caso da Sra. Susi Braga, e louvou-a pela coragem de manifestar publicamente a sua revolta. A Conselheira disse que se revê no problema que ela está a ter, "e acho que esta manifestação de revolta da parte dela não deve ficar num simples texto de uma ata do Conselho de Ilha, tem que passar para a frente." Em relação à proposta da reunião do Conselho de Ilha com o Sr. Secretário, relembrou que na reunião quando foi elaborado o memorando, a Conselheira tinha mencionado que na lista havia questões do foro interno, e disse que estas, acredita que têm, em grande parte, a ver com "a má gestão no centro de saúde". Outras, são de outras de cariz mais político. Há de haver o cuidado de se separar as duas. As do foro interno, disse, poderão por vezes ser resolvidas de imediato se houver coragem por parte das pessoas de se manifestarem, e deu alguns exemplos. Outras, mais sérias, como é o caso da Sra. Susi Braga, têm necessariamente que seguir outros caminhos. Concorda que "a reunião com o Sr. Secretário deve ser bem trabalhada", mas está igualmente convencida que devemos não só manifestar problemas, mas também apresentar soluções. ----------

----- No uso da palavra, o Conselheiro Jorge Costa apresentou um caso em particular para exemplificar a desorganização interna que continua a decorrer dentro da Unidade de Saúde: "Há coisas - salientou - que não são da competência do Sr. Secretário...esses assuntos que mexem com o sistema nervoso das pessoas, e que nos tiram do sério, e que ajudam e contribuem, e muito, para o desgaste dos nossos utentes da Unidade de Saúde, passam por medidas meramente administrativas e do foro interno e da organização da Unidade de Saúde." A questão do absentismo nas empresas, só para dar mais um exemplo, "é vergonhoso, à conta do mau funcionamento da saúde, e isso tem graves custos económicos para todas as organizações, pois se algumas delas dependem do orçamento que é feito com os nossos impostos, há outras que não, é do suor e do trabalho de cada um de nós. Portanto, a mim parece-me que esse assunto tem que ser muito bem pensado sobre o que este órgão deve fazer, antes de tomar uma decisão." ----------

----- A seguir, o Conselheiro Ezequiel Araújo pediu para fazer uma breve intervenção sobre o apoio da AMASM relativamente à casa que é utilizada por pessoas que se deslocam a São Miguel por questão de doença. Quando a ideia surgiu em 2015, o Município (Roberto Furtado e Ezequiel Araújo) chegou a ir a São Miguel ver casas para comprar, mas depois constatou-se que o Município não podia comprar imobiliário que não fosse localizado em Santa Maria. O Conselheiro fez saber que no dia 1 de maio

recebeu o Sr. Duarte Amaral, o novo presidente da AMASM, o qual partilhou algumas estatísticas que o Conselheiro julga ser do interesse do Conselho: em 2018, houveram 1,213 dormidas, e desde que a casa existe, 6,872. O apoio de "milhares de euros" para manter a casa deve-se a um acordo tácito entre a Câmara Municipal e a AMASM, através do Clube Lions de Vila do Porto, isto porque a Câmara não pode apoiar associações localizadas fora de Santa Maria. A Câmara tem também canalizado alguns apoios vindos das comunidades marienses no estrangeiro, nomeadamente, o Comendador António Frias ofereceu €50,000, e que sob recomendação do Sr. Presidente da Câmara, foi canalizado para o projeto. O Conselheiro Ezequiel, para finalizar, informou também que a AMASM oferece bolsas de estudo a quatro ou cinco alunos por ano. ----------

----- A seguir, o Presidente do Conselho, convidou os conselheiros a levantar qualquer tópico para consideração, que esteja relacionado com o Ponto 1 (Balanço da Visita Estatutária do Governo Regional dos Açores à Ilha de Santa Maria. Inscrições foram abertas para o efeito. ----------

----- O Conselheiro Roberto Furtado tomou a palavra e fez uma longa intervenção a qual destacamos: "(...) vou começar pelo artigo 17º que tem a ver com a convocatória das reuniões. Nós fomos convocados (...) segunda-feira de manhã para a reunião no mesmo dia às 18H00." Aqui, o Presidente do Conselho de Ilha, Conselheiro Daniel Gonçalves, interferiu para fazer um esclarecimento. Explicou que a informação sobre a reunião só chegou aos serviços da Câmara Municipal na sexta-feira, por volta das 16h30, consequentemente, que já não era possível, em tempo útil, a convocatória seguir nesse mesmo dia. Além disso, não estava claro o lugar onde a reunião ia ser realizada. Só depois do lugar da reunião estar estabelecido, isto na segunda-feira de manhã, é que foi possível distribuir a convocatória. O Conselheiro Roberto Furtado retomou a sua intervenção "Primeiro ponto: Convocatória das reuniões. O nosso regimento diz que existem dois tipos de reuniões: as ordinárias, e as extraordinárias que podem ser por solicitação do presidente do Governo Regional dos Açores. (...) Deixo uma pergunta: por que é que a reunião não é presidida pelo presidente do Conselho de ilha? (...) com essa forma de atuar, ou seja, não cumprir o regimento, dá aso aos delírios que aconteceram no último Conselho de Ilha. Portanto, sugiro que no próximo ano, as reuniões com o Governo Regional dos Açores, sigam o regimento do Conselho de Ilha. (...) Segundo ponto, o local da reunião. O artigo 18º diz que o Conselho de Ilha reúne em edifício do município de Vila do Porto, no edifício sede, só na impossibilidade desse, é que reúne noutro espaço. Porquê reunir na Escola de Vila do Porto? (...) Terceiro ponto, nós não elaboramos atas da reunião com o Governo Regional dos Açores, porque está neste ponto que ninguém sabe se é uma reunião-convite do Governo, se é uma reunião do Conselho de Ilha. A verdade é que somos todos convocados como Conselheiros de Ilha. Portanto, (...) é uma reunião extraordinária, por solicitação do Presidente do Governo Regional, e tem que haver ata. (...) Passar ao quarto e último ponto, pagamentos de senhas, (...) nós temos também previsto que os pagamentos das senhas são feitas pelo Governo Regional até ao máximo de seis por ano. Ora, nós reunimos três vezes ordinariamente, e no nosso regimento também diz que o Governo Regional suporta pagamento de senhas até três extraordinárias, que somadas com as ordinárias, dá seis por ano. Pergunto, porque é que não fizemos um pedido para pagamento das senhas? (...)" ----------

----- O Conselheiro Jorge Costa interveio para dizer que "em continuação daquilo que o Conselheiro Roberto Furtado está a falar, independentemente de outras considerações que possa vir a fazer sobre o balanço da visita estatutária, não posso deixar de, em seguimento da intervenção do Conselheiro Roberto Furtado, de informar os elementos desta mesa que a minha não comparência na reunião do Conselho de Ilha, se prendeu precisamente pela posição unilateral do Governo Regional em ter determinado que a reunião com este órgão seria feita na escola, quando o regimento o diz que é em edifício do município. Por esse facto, eu entendi que a minha forma de protesto era não comparecer na reunião, porque o meu regresso às aulas, neste caso eu não tenho nada contra a escola, mas se quisermos entrar por aí, há de ser quando eu entender, não é quando o Sr. Presidente do Governo entender que a reunião vai ser feita na escola. Que eu saiba, ninguém sabe qual foi a razão da mudança". O Conselheiro disse estar aberto a uma partilha de opinião entre o Conselho de Ilha e o Governo para estabelecerem o local mais adequado para a reunião, "agora, impor, lamento, mas não contem comigo para esse efeito, e se no próximo ano eu fizer parte deste órgão, eleito com legitimidade para aqui o estar, e se voltar a acontecer a mesma situação, pois não estarei presente novamente na reunião enquanto existirem atitudes pouco democratas, e para não entrar noutro forum, que é o da falta de educação...mas a falta da democracia, este sim, é anti o Instituto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, e da legislação que criou os conselhos de ilhas. A democracia foi uma luta, uma conquista, e que todos nós agora usufruímos dela, agora atitudes não democráticas, e impor posições, isso eu não admito." Relativamente às senhas de presença, recordou que "independentemente de poder concordar com alguma parte das considerações que o Conselheiro Roberto Furtado fez, eu também compreendo a posição do Governo Regional, que tem um orçamento da região para ser aprovado, e tem que ter uma bitola do que acontece relativamente às senhas de presença porque não estamos a falar só do Conselho de Ilha de Santa Maria, nós estamos a falar dos concelhos de ilhas de toda a Região Autónoma dos Açores". O Conselheiro Jorge Costa finalizou a sua intervenção dizendo que "se a reunião com o Governo Regional deve ser ou não paga as senhas de presença eu não faço considerações sobre isso." ----------

----- O Conselheiro Roberto Furtado interveio para relembrar que, relativamente às senhas, é o artigo 25º do regimento que prevê as condições sobre os pagamentos das senhas e "que não estamos aqui a propor mais nada" além do regimento. ----------

----- Dando prosseguimento, o Presidente do Conselho deu a palavra ao Conselheiro Pedro Coutinho, e a seguir ao Conselheiro José Branco. O Conselheiro Pedro Coutinho disse rever-se em tudo o que o Conselheiro Roberto Furtado disse na sua última intervenção. Ressaltou também que as declarações finais invocadas pelo Presidente do Governo Regional aquando da reunião extraordinária, deixou-o "estupefacto, surpreso e revoltado". Isto "porque nós não somos nenhuns meninos de coro", e acrescentou que "se foi ele quem nos convocou, se foi o Governo Regional dos Açores que nos convocou para esta sessão extraordinária, e não gostou de ouvir o memorando que nós elaboramos a todo o custo, (então) não nos volte a convocar". ----------

----- De seguida tomou a palavra o Conselheiro José Branco que pediu ao Sr. Presidente do Conselho que esclarecesse o que passou de tão relevante sobre o Sr. Presidente do Governo "que possa ter

provocado a animosidade que assistimos, e as alegações ao estatuto, e ao regimento". Questionou quem é que está, ou não, a cumprir o regimento. Realçou ainda que o Presidente do Conselho já tinha dado a entender que íamos ao encontro da reunião "para sermos aconselhados e não para aconselhar". Sobre este assunto, disse o Conselheiro "ainda ontem, quem teve atento às notícias regionais, viu alguns parceiros sociais de uma ilha da região relatar isso mesmo, ou seja, que era necessário mudar o estatuto porque o que o estatuto levava era que o Sr. Presidente fosse ele próprio a dar conselhos e não receber os conselhos de ilha." Adiantou que esse assunto, ou "mal entendido" não é novo. Lembrou que há oito ou nove anos atrás "numa reunião em que eu presidi este órgão", e numa reunião com o Presidente do Governo, "eu fazia questão, e fiz questão, de presidi-la, embora não o tenha feito, mas depois de um grande "forcing", que ainda hoje leva o chefe do protocolo do Sr. Presidente do Governo a considerar-me e a falar no assunto. Portanto, foi um assunto que lhes ficou, na altura, embora fosse discutível. Teve quem me dissesse que eu porventura tinha razão, teve quem me dissesse que se calhar não tinha, mas sei que isso foi muito considerado, e não foi nenhum ato de que me arrependa. Portanto, é bom sempre ter em conta, os regimentos e os estatutos, e nunca abdicarmos dos nossos direitos e dos nossos deveres." ----------

----- Em resposta ao Conselheiro José Branco, o Presidente do Conselho de Ilha, Daniel Gonçalves, explicou que "houve efetivamente um momento em que o presidente do Governo Regional se dirige a mim de forma que não foi perceptível a todos, com uma situação em concreta que não tinha nada a ver com o assunto." O Conselheiro descreveu este episódio em detalhe e caracterizou-o como "inteiramente inofensivo". O que parece relevante ao Conselheiro Daniel Gonçalves foi a questão sobre o regimento e os estatutos. "Compreendo que - ressaltou - a apropriado momento, o Presidente do Governo Regional se tenha aborrecido com o facto de que no grosso memorando tratava muito mais, ou tratava quase exclusivamente de assuntos que relevavam preocupações, e julgo até mesmo que ele fez questão de sublinhar que, à exceção do Conselheiro José de Melo, todos os outros conselheiros estavam ali para dizer mal do Governo". O Presidente do Governo referiu-se a um documento que "ele diz que é o estatuto, mas não é o estatuto, ele queria relevar de certeza que era o próprio regimento do Conselho de Ilha, ou melhor, que a legislação que o regula, que o Conselho de Ilha também tem a possibilidade de tratar de assuntos de índole municipal." No parecer do Conselheiro Daniel Gonçalves, este não era assunto para ser abordado na reunião, mas na verdade - acrescentou - é que se é uma preocupação do Presidente do Governo Regional, e que eu quis alertar, e se calhar foi um conselho para todos, ele pode muito bem até lembrar todos estes conselheiros que nós aqui de facto temos esta possibilidade de questionar toda a atividade municipal sempre que ela for importante." O Conselheiro avançou ainda que "nós temos sempre um representante do município, e podemos fazê-lo aqui diretamente. Se, porventura, alguém acha que isto deve ser um assunto que pode vir para a ordem do dia numa próxima reunião, para fazer um balanço, para discutir seja o que for, planos de orçamento, também pode-se fazer porque não é a mesa que determina o que o Conselho de Ilha vai trabalhar." O Conselheiro concluiu dizendo que "a verdade é que aquele memorando foi feito com as preocupações, teve o contributo de toda a gente, não é um memorando de um, nem dois, mas é de todos (conselheiros). Para dizer o que está bem, estava lá os secretários. Tiveram cinco minutos (para falar) cada um." ----------

----- O Presidente do Conselho de Ilha retomou a palavra e confessou que a propósito de uma observação que fez à Sra. Secretária de Equipamentos e Obras Públicas sobre o caminho que liga a estrada Regional ao Pico Alto, "não fui delicado, nem fui feliz na expressão". Defendeu que "o único momento que eu acho que talvez não fui tão delicado foi essa", mas esclareceu que no final foi ter com a Sra. Secretária para lhe pedir desculpa e ela aceitou. Dito isto, o Conselheiro lançou a seguinte questão, "Nós gostaríamos que a estrada que liga a estrada Regional ao Pico Alto fosse intervencionada porque é importante. Vamos falar disto a quem, ao Presidente da Câmara? Não, vamos falar disto ao Governo Regional que está ali connosco. Se não for este Secretário, é o seguinte." Disse ainda "que esta situação vai nos permitir formatar um pouco tanto o memorando próximo como a nossa atitude perante a reunião que vai ocorrer, porque se é para o memorando ser considerado daquela forma, não vale a pena fazer o memorando...o Governo prepara-se para dois tipos de reunião, para fazer uma onde nós somos convidados a ir, e somos os conselheiros que lá vamos, e não é uma reunião do Conselho de Ilha, é uma reunião onde o Governo Regional convida os membros do Conselho de Ilha e a população eventualmente, isso é uma coisa, ou então é uma reunião do Conselho de Ilha da qual o Governo fará parte." ----------

----- A seguir, o Conselheiro Jorge Costa pediu a palavra. Sobre o mesmo assunto disse que faz parte deste órgão há muitos anos e onde já aconteceu "de tudo e de várias cores". Realçou ainda que já se tentou definir vários formatos na elaboração e apresentação do memorando. "O que é certo - disse - é que ao longo dos anos todos, com essas problemáticas ou estratégias de elaborar um memorando, a reunião não mudou, não passa disso. A única diferença que existiu é que este atual Presidente do Governo entendeu que os senhores secretários deveriam fazer um balanço da sua atividade antes de se discutir o memorando do Conselho de Ilha." O Conselheiro lembrou que as modificações que ocorreram ao longo dos anos, não aconteceram só em Santa Maria. "Eu recordo os senhores conselheiros que há uns anos atrás, a visita estatutária das Flores, o Conselho de Ilha recusou-se a reunir com o Governo Regional porque entendeu que não havia condições mínimas para essa reunião acontecer." E continuou dizendo que "todas as atitudes e mais algumas, e posturas podem acontecer, agora o que me parece é que quando se cria uma legislação e, a buscar as palavras do Conselheiro José Branco, sobre as declarações de alguns dias atrás, em que alguém chamava a atenção que o próprio nome Conselho de Ilha é para aconselhar, mas depois a gente chega aqui e os órgãos são compostos praticamente pelo poder político, são os políticos que vão aconselhar os próprios políticos e assim sucessivamente andamos aqui numa roda-viva." ----------

----- O Presidente deu a palavra a seguir ao Conselheiro José de Melo. O Conselheiro confirmou que esteve na reunião e que prestou, com toda a atenção, as declarações que foram feitas. Subestimou o formato da reunião, e salientou que "isso é apanágio e que é recorrente em todas as ilhas... é evidente que ali eles vão apresentar uma certa estratégia". Concorda que se prepare sempre um documento e que este apresente soluções concretas, "até como base de referência e de trabalho". Discorda do uso de terminologia e frases de tom negativo, e reparos desnecessários. Deu como exemplo, frases como "lamentamos profundamente"... "a falta de interesse" ...aparece aqui uma picadinha aqui ou outra". Disse também não se rever nisso. "Relativamente à questão da colocação de questões muito concretas

- continuou - , eu penso que não só deveriam continuar, mas deveriam ser obrigatórias, ou seja, não nos resumirmos só ao documento, o documento ponto de partida, mas fazer um contraditório, inclusive nas apresentações e nas respostas com cada Secretário tenta abordar, muitas vezes de forma política, muito vaga, que não satisfaz de maneira (alguma). Eu acho que nós devíamos sempre agir de forma a clarificar, perguntar prazos, despesas, vincar a necessidade, etecetera. Devemos sempre, porque eu penso, isto é que é a parte mais importante, porque caso contrário, bastaria enviar um memorando pelo correio, e cada um ficar nas suas casas." O Conselheiro José de Melo recordou ainda que "Nós nos reunimos antecipadamente, para fazer uma elencagem das situações, representando as necessidades da ilha, e também aquilo que preocupa cada uma das partes que aqui está no Conselho de Ilha, porque cada pessoa que aqui está, por detrás de si, incorpora algum interesse: ou econômico, ou sindical, ou ambiental, ou empresarial, etecetera. Portanto, eu penso que isso é importante, e enquanto aqui eu estiver, vou fazer sempre isso, por isso fiz sempre a questão de dizer logo no início, eu fiz a questão no início de dizer ao Sr. Presidente o seguinte: para clarificar essa situação, que foi, também de alguma forma, não ver o Governo como algo inerte na ilha de Santa Maria. Eu fiz a questão de vincar as boas obras que o Governo tem feito na ilha de Santa Maria, fiz isso, represento o partido socialista, identifico-me aqui neste órgão, identifico-me com aquele Governo nalgumas coisas, mas identifico-me mais com a minha ilha, sem dúvida nenhuma. E fiz questão de vincar que ali não estava, não obstante reconhecer o trabalho meritório que, as intervenções de algum vulto que tenho feito aqui em Santa Maria, estava ali para representar a voz dos marienses, e não a voz do Governo em Santa Maria." O Conselheiro destacou ainda que "houve abertura para pedir celeridade, para pedir prioridade na obra para a escola, na obra do pavilhão para juntar à prioridade da cantina, da copa, aquelas coisas todas, fiz esse apelo. Não se conseguiu, mas fiz esse apelo. Também, foi com algum sucesso quando se apelou realmente ao Governo que aceitasse e assumisse, de forma clara, o desiderato de salvaguardar as nossas vinhas, isso é uma aposta política de majorar especificamente, e realmente, isso foi atendido aqui no comunicado." Relativamente ao assunto do Forte de São João Baptista, disse ter defendido uma solução mais direta que seria passar o Forte para a autarquia, porque "há uma relação muito mais de proximidade do Governo central com as autarquias, do que o Governo central, em questão de propriedade, do que o Governo Regional". O Conselheiro deu-se por satisfeito, porque o Governo mostrou abertura para futura discussão. Relativamente ao Spaceport, o Conselheiro José de Melo ressaltou a importância e a necessidade da criação de um lobby para defender os interesses de Santa Maria. "O que vem a seguir é o lobby que a gente tem de criar aqui, que é para não disseminar as vantagens, e os dividendos, e as contrapartidas pela, nomeadamente, a Terceira e São Miguel. Nós sabemos dos lobbies que ali estão e sabendo o que aconteceu com o esboço de Zona Franca, em que as três ou quatro empresas foram criadas, quem usufrui disso foi São Miguel e nunca nenhuma da ilha de Santa Maria. E aqui é preciso tomar muito cuidado com isto porque pode haver empresas ou serviços que vão ser criados na auréola do Spaceport e podem ser enfiados em São Miguel... está ali o Conselheiro Jorge Costa que sabe muito bem disso, da Câmara do Comércio de Ponta Delgada, de todos os empresários e do lobby Micaelense que existe podem puxar para lá as empresas, na Terceira, a mesma coisa..." ----------

----- Alertando para o facto de que esta seria a última intervenção sobre este ponto, o Presidente deu a palavra à Conselheira Dulce Resendes, que se debruçou sobre vários aspetos da reunião. Disse que "relativamente à forma como os trabalhos que decorreram foram um pouco atípicos para mim".

Sublinhou que ficou "estupefacta, que é a palavra que me ocorre, com alguns dos comentários que foram feitos, e com a nossa incapacidade para estar ali." Salientou que a alínea g) do artigo 19º indica que Conselho de Ilha pode pronunciar-se por iniciativa própria sobre interesses específicos da ilha". Quanto à forma como as convocatórias são feitas, não deixa de acontecer que estas sejam distribuídas, por um motivo ou outro, em cima da hora, seja ele qual for o órgão, "e não vejo que por aí seja um grande problema." A respeito do local da reunião, a Conselheira achou que, estando alguns assuntos de cariz problemática sobre a escola estarem a ser divulgados pelas redes sociais, e que o seu funcionamento estava a ser posto em causa, esperava que o Governo tivesse escolhido a escola para anunciar uma boa notícia. "Qual não foi o meu espanto", disse, quando afinal só o refeitório vai ser recuperado por agora. Destacou também que a acústica do lugar é péssima, e sugeriu que esta não deixa de ser uma boa razão para não nos reunirmos lá. Relativamente à ata, a Conselheira Dulce Resende disse estar sob a impressão que a reunião com o Governo Regional era gravada. "Eu acho que, apesar de ser uma reunião que não conte para efeitos de senha, não deixa de ser uma reunião formal. A Conselheira manifestou ainda que "em termos da condução dos trabalhos, acho que deveria ser o Presidente do Conselho de Ilha a conduzi-los." ----------

----- De seguida, o Conselheiro José de Melo interveio para dizer que "uma vez que os conselhos de ilha são universais dentro da região, eu sugeria que a mesa, contactasse os seus congêneres, com as mesas congéneres, no sentido do que eles consideram. Se é uma convocatória do Governo dos Açores para os conselhos de Ilha para reunir com o Conselho de Ilha ou, se então, é uma reunião do Conselho de ilha em que está na presença do Governo. Portanto, temos que ver isso. É que uma questão é esta, eu também recebi uma convocatória do Conselho de Ilha, mas no entanto, isso é que tem de ficar bem esclarecido, o que é que se passa a nível universal 'entre os Açores'. Porque caso contrário, em vez de ser uma convocatória do Conselho de Ilha, seria 'convido os conselheiros a estarem presentes numa reunião com o Governo dos Açores'. Será um convite do Conselho de Ilha para nós. E a questão das atas, ficaria resolvida imediatamente com essa questão. Se fosse o Governo dos Açores a pedir uma reunião com o Conselho de Ilha, é evidente que estes teriam que arranjar uma secretária para fazer a ata. Caso contrário, seria a mesa a fazer a ata, porque se for o Conselho de Ilha a assumir a liderança da reunião, gerir e assumir a liderança, compete à mesa fazer. Mas eu sugeria que houvesse esse contacto para depois também não estarmos de uma forma isolada, porque nós sabemos que uma coisa é Santa Maria, outra coisa, é quando são coisas universais, convém andarmos mais ou menos pela mesma bitola." ----------

----- Antes de encerrar este assunto, o Conselheiro Jorge Costa pediu autorização ao Presidente do Conselho de Ilha, para responder a uma declaração do Conselheiro José de Melo sobre os lobbies. Disse, "não sei o que as empresas de São Miguel andam a fazer porque desconheço. O que eu sei é qual é a luta da Câmara do Comércio, essa eu sei lhe responder, e não encontro em nenhuma declaração da Câmara do Comércio a querer puxar empresas para Ponta Delgada, ou para a Terceira, em detrimento da ilha de Santa Maria. E eu acabei de partilhar consigo, agora neste momento, especificamente uma das lutas que a Câmara do Comércio tem com o Governo Regional e que se enquadram neste assunto, só para o seu conhecimento. Não é que os outros conselheiros não o possam ter. Mas como falou sobre esse assunto, eu acabei de partilhar consigo. Eu sei que existem muitas empresas e muitos interesses,

mas não a Câmara do Comércio, e o Jorge Costa não conhece. Eu como empresário peço à Câmara do Comércio, que é a entidade que me colocou aqui para lutar pela defesa das empresas de Santa Maria e da atividade económica da ilha de Santa Maria". ----------

----- Depois de um curto intervalo, o Presidente do Conselho, Conselheiro Daniel Gonçalves, retomou a palavra para fazer saber aos conselheiros que teve um pequeno lapso no início da reunião, "porque, normalmente, nós informamos sobre a correspondência que recebemos ou qualquer ação ou iniciativa que tenha envolvido a mesa, e nós tivemos uma reunião durante as Jornadas Parlamentares do Grupo Parlamentar do PSD com os deputados eleitos pela Assembleia Legislativa Regional. Foi uma reunião que foi proposta pelo Grupo Parlamentar e o único tópico que foi tratado foi uma espécie também de balanço da visita estatutária, falamos de algumas questões, salientando não todos os quinze aspetos do memorando, mas dois ou três, nomeadamente, da escola básica e secundária, que foi também um tópico abordado pelos deputados, e da área da saúde." ----------

------ Concluído o Ponto 1, o Presidente chamou a atenção dos conselheiros para a votação de duas propostas. "A primeira proposta apresentada pelo Conselheiro José de Melo, e aperfeiçoada ao longo da nossa sessão, em que nós solicitamos uma reunião com a tutela, nomeadamente, com o Secretário Regional da Saúde, e onde concretamente podemos expor todos aqueles assuntos que o memorando não tenha dão resposta, ou, perante o memorando, seja alguma coisa realmente útil que advenha desse contacto com o Secretário." ----------

Votação: a favor por unanimidade. ----------

Ponto 2. Investimento aeroespacial em Santa Maria: desafios para um futuro próximo.

----- O Presidente do Conselho abriu inscrições para o debate sobre este tema, e deu a palavra para primeira intervenção ao Conselheiro Roberto Furtado que manifestou a sua preocupação quanto à forma como se tem desenrolado todo este processo de instalação do porto espacial em Santa Maria. Afirmou que têm existido sessões de informação sobre o projeto, mas não se vislumbra qualquer intenção do Governo Regional em avançar com o necessário processo de discussão e participação pública da população. "Ora a minha preocupação é muito clara. Nós estamos numa fase final de uma possível adjudicação de um porto espacial a uma empresa privada, e os açorianos desconhecem o projeto. (...) não nos foi dada essa oportunidade de discutir o assunto. (...) nós claramente vamos perder todas as oportunidades de discutir o assunto atempadamente." ----------

----- A seguir, a Conselheira Márcia Santos pediu a palavra para dizer que "acho ainda que, com o agravante, com esta toda falta de informação, eu não sei quais dos conselheiros e conselheiras estão a par de que já vamos na segunda prorrogação do prazo da apresentação de propostas, do diálogo concorrencial. No dia 24 de maio foi publicada a segunda prorrogação do prazo. E continua a ser, ou lê-se na página do Governo Regional. As entidades da ilha não sabem. Foram informadas? A Câmara Municipal recebeu alguma informação? A primeira prorrogação foi a 10 de abril, a segunda prorrogação a 24 de maio, e continuamos sem saber nada. As candidaturas são agora 32 dias, as soluções 20 dias, e

a apresentação das propostas 40 dias. Era bom saber (se houve ou não propostas), porque depois temos que ter em consideração que existem muitas coisas que estão pendentes, justamente pela falta de informação. Estão pendentes investimentos, estão pendentes vidas de pessoas que precisam de saber o que vai acontecer daqui para a frente, e continuamos nesta "ram-ram", sem ter qualquer conhecimento de absolutamente nada. E tanto quanto sei, a Câmara Municipal não recebeu nenhuma informação em relação à prorrogação de prazo, pois não? São as identidades da ilha que deviam estar a par do que se vai passando, pelo menos, neste sentido. Já que não dão mais informação específica, pelo menos essa informação (prorrogação dos prazos) deveria ser dada às identidades. ----------

----- De seguida, o Conselheiro José de Melo tomou a palavra para salientar que "Nesta altura, por aquilo que estamos a ver, ainda há muita indefinição. Portanto, nós nunca poderemos nos pronunciarmos por algo que não conhecemos em concreto. Não conhecemos as propostas. Oficialmente, se calhar eles ainda estão à espera de que cheguem mais algumas, ou que haja alguma, e torne isso tudo numa idoneidade. No fundo, ou que haja alguma ou que chegue mais algumas. Nesta fase nós não podemos nos pronunciar sobre isso. Neste momento, nós podemos estar a 1% da concretização ou 99% da não concretização. Ou o inverso. Portanto, neste momento a nossa posição é de aguardar. Eu penso que o Conselho de Ilha não pode tomar nenhuma posição nesse campo, senão deixar passar esses prazos, e depois de passar esses prazos, ficar oficialmente à espera de saber quantas é que concorreram. E depois das que concorreram, é evidente que há um júri bastante avalizado na matéria, segundo foi dito pelas pessoas que fazem parte dela, que vão fazer toda essa filtragem, toda essa avaliação, para selecionar aquela que acham que se enquadra dentro dos parâmetros que não beliscam quilo que são, digamos, as linhas vermelhas ambientais. E depois de vir o estudo do impacto ambiental, esse estudo de impacto ambiental aí é que eu penso que nós devemos nos esgrimir para tomarmos conhecimento dele, porque no fundo quando esse estudo sair, vai a uma instância governamental, que é a Direção Regional do Ambiente, para que os seus técnicos, e não só, porque uma das coisas que nos foi assegurada e que já colocamos isso nos Amigos dos Açores, é que não existe cá ninguém nos Açores suficientemente abalizado e especialista na DRE, Direção Regional do Ambiente, para fazer uma avaliação de impacto ambiental que não seja senão assinar por baixo. Portanto, eles têm que se recorrer de especialistas e de peritos nesta matéria para que depois também ajudem os técnicos e a Direção Regional do Ambiente a tomar uma decisão nessa matéria. Portanto, os procedimentos são esses. Relativamente às questões, isso deixa-me, sinceramente, como mariense, já mais tranquilo. Atendendo a esses procedimentos todos... Neste momento, a conclusão que a gente pode ter aqui é que isto pode não dar em nada. Sobre as expectativas, é que não há caução que cubra expectativas... eu penso que não podemos ir muito além daquilo que eu disse aqui, agora relativamente às questões ambientais. ... Não existe nenhum corredor ecológico em termos de aves, não existe vegetação endémica que esteja em perigo ali na zona onde vai ser implementada (Malbusca), nenhuma jazida fóssil vai ser atingida. Se for naquele lugar, a Ribeira do Malóas não vai ser beliscada e a visitação vai continuar." ----------

------ A Conselheira Márcia Santos replicou que o que o Conselheiro José de Melo expôs não é oficial. Este respondeu "que estas são as informações que nos deram nessa matéria." O Conselheiro Roberto Furtado e a Conselheira perguntaram: "Com que base?" O Conselheiro Roberto Furtado acrescentou

que assim não existe então coerência. O Conselho, por exemplo, não teve conhecimento dessa informação. ----------

----- O Conselheiro José de Melo continuou a sua intervenção dizendo que "dentro da área do espaço de lançamento, estes elementos naturais que vos estou aqui a dizer não são beliscados. Dentro do espaço que que nos foi avançado, estes elementos nobres do patrimônio mariense não vai ser beliscado, nem vai ser, digamos, obstruído de visitação. Agora, se eles alargarem para um espaço de uma área de 5 quilómetros... ----------

----- O Conselheiro Roberto Furtado interveio para perguntar de onde vinha essa informação. O Conselheiro José de Melo respondeu "que nada desta informação é oficial. Porque não pode ser oficial? Porque oficialmente tu não conheces o projecto, nem nós." O Conselheiro Roberto Furtado interveio para ressaltar que "nós conselheiros não podemos de uma forma leviana trazer nem garantias, nem problemas. Mas o Professor está a pôr aqui, está a dizer que não há impacto. Isto não se pode trazer aqui nesta fase." ----------

----- Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Conselheiro Jorge Costa. Relativamente a esse assunto, disse o Conselheiro, "tenho a maior das dificuldades a me pronunciar sobre o desconhecido". Eu percebo um bocadinho a missão do Conselho de Ilha, e da mesa do Conselho de Ilha, mesmo porque faço parte dela, e o facto de termos incluído este ponto aqui, é porque isto na realidade é uma preocupação dos marienses, e compete a este órgão também fazer eco das preocupações que os marienses têm. Mas, na realidade, à conclusão que nós chegamos, à medida que o tempo vai passando, é que chegamos à conclusão que não existe nada de palpável, nem concreto, para nos podemos pronunciar, ora, estar aqui a dar opiniões e palpites sobre o desconhecido, isto é bom é quando a gente vai observar uma obra de arte, uma pintura, e gostamos mais, gostamos menos, vemos coisas, isto, aquilo e aquele outro. Agora, projetos concretos, e que têm em causa o futuro de Santa Maria... não podemos andar aqui no que 'acho isso, aquele, e aquele outro'. Portanto, no meu entendimento não existe matéria para nos pronunciarmos sobre isso. Agora, existem aqui outras considerações... o Conselheiro Roberto Furtado fez o comparativo do Canadá. Eu percebo que o Canadá tenha adotado uma postura perante uma proposta concreta...o que acontece é que possivelmente o Canadá já tem legislação sobre o espaço. Portugal não tinha legislação sequer sobre o espaço, agora é que a criou, a região agora é que a adaptou, portanto mesmo que existisse alguma empresa a querer apresentar uma proposta, ia-se deparar com o problema de nós portugueses não termos legislação nessa matéria. Eu percebo que o comparativo é aceitável, mas estamos a falar de países com ritmos completamente diferentes, e com democracias e evoluções das democracias, e do processo participativo, e legislativo e de execução do poder completamente diferentes. De qualquer forma, partilho também um bocadinho da preocupação e da mensagem de que isto não está a ser devidamente claro e transparente. Há coisas que estão a escapar e que estão a passar ao lado. A mim parece-me que, Portugal, em primeira instância, e depois a Região Autónoma do Açores, está neste momento a deparar-se com uma coisa que não conhece e não sabe muito bem como há de fazer, e então o por quê ... da apresentação feita no pólo do Museu de Vila do Porto pelo Sr. Secretário e pelo Eng.º Luís Santos. O que eu depreendi - acrescentou - é que o Governo Regional, não sei muito bem se tocou no

Governo da República, entenderam que aquele concurso que foi feito não tinha matéria, porque não foi feito satisfazendo minimamente aquilo que se pretendia. E por isso converteram esse concurso, e aí está o por quê das prorrogações no tal concurso diálogo concorrencial para no fim saberem em concreto o que é que querem. Portanto, a mim parece-me que até os nossos governantes, não sabem muito bem o que é que querem. Portanto, quanto mais nós estarmos aqui a dar palpites. Isso não invalida que as declarações do Sr. Presidente do Governo, no fim da visita estatutária,.e aí eu não tive na reunião do Conselho de Ilha, mas foram tornadas públicas as declarações do Sr. Presidente do Governo, que é que sobre o que é que vai cair in Santa Maria e o que é que vai cair nas outras ilhas dos Açores, e mesmo em Portugal. Pois eu entendo tudo o que tem haver com os assuntos aeroespaciais, devem cair em toda a parte do planeta Terra. Em Portugal continental, nos Açores, este, aquilo e aquele outro. Mas tudo o que tiver haver com o Spaceport, com uma rampa de lançamentos na Ilha de Santa Maria, nós devemos exigir que tudo o que anda à volta deste assunto, só em Santa Maria e não noutro sítio. E eu acho que isso, este órgão neste momento já pode deixar claro, e independentemente do que vai acontecer ou não vai acontecer. ----------

----- O Conselheiro José de Melo é de opinião que isso ficou claro. O Conselheiro Jorge Costa respondeu que não, e esclareceu que "pelo que eu depreendi da reunião de hoje, o Sr. Conselheiro colocou essa questão, mas as declarações do Sr. Presidente do Governo, é que a gente não fique convencidos que vai cair tudo aqui, porque pode ir parar a outro sítio, porque os outros açorianos também contribuem com impostos para coisas que são feitas em Santa Maria. Portanto, eu entendo que os assuntos aeroespaciais podem sim senhor ir parar a qualquer parte do planeta Terra, e até para Marte. Agora os que têm a ver com o possível e potencial Spaceport com instalação aqui em Santa Maria, e à volta deste assunto, esses não me parece ser minimamente aceitável que os investimentos vão cair a qualquer outra ilha, nem em outra parte do país. A título de exemplo, que eu não sei como essas coisas vão acontecer, mas imaginem que os foguetes vêm feitos da Alemanha para Santa Maria, desembarcam aqui, e daqui vai para o sítio onde está a rampa de lançamento. Outro caso, é montarem os foguetes em São Miguel e eles virem de São Miguel para aqui. Ou montarem na Terceira e eles virem da Terceira para aqui. Isso é que eu não admito. Isso é que eu não admito. Portanto, eu acho que é isso que este órgão neste momento já está em condições, de poder se pronunciar, e emitir uma opinião sobre esse assunto, considerando as declarações do Sr. Presidente do Governo aquando da vinda a Santa Maria."

----- Dando seguimento ao debate, o Presidente deu a palavra ao Conselheiro José Arsénio que concorda com o que foi dito pelo Conselheiro Jorge Costa e indicou que também acha "que estamos em condições neste momento para dar um passo à frente". E perante as declarações do Presidente do Governo Regional dos Açores, acha que se deveria emitir um comunicado, tomar uma posição. Acrescentou que "primeiro, quando existir uma proposta em concreto, podemo-nos pronunciar, e segundo, tudo o que for relacionado com o Spaceport, tem é que vir para Santa Maria." O Conselheiro advertiu ainda que se se estabelecer "uma escola profissional relacionada com o assunto, poderia ser feita em Santa Maria, se houver a possibilidade de haver uma a nível universitário, alguma matéria que se deve acrescentar no currículo, que seja feita em Santa Maria." O Conselheiro enfatizou ainda que o investimento público não pode ser só feito, por exemplo, a nível de estradas ou melhoramentos no porto, este tem que abranger necessariamente "outras áreas". ----------

----- Tomou de seguida a palavra o Conselheiro Ezequiel Araújo que sublinhou já se ter falado sobre tudo aqui, e não deixou de acautelar os conselheiros que "é prematuro tomar aqui posições, vamos aguardar agora que eles prorrogaram esse prazo, vamos ver o que aí vem, pode vir coisa boa e estamos todos aqui, só a pensar no mal." O Conselheiro apelou à calma, "vamos aguardar - sugeriu - não vamos tomar posições, as notícias daquilo que se vai sabendo, e algumas reuniões que temos tido, é que a parte ambiental não tem nada a ver com aquele projeto megalómano que havia aí no início, que era acerca de 300 milhões de investimento que obrigava estradas, portos, e uma série de coisas. Penso que é prematuro estarmos aqui a pôr o carro à frente dos bois, vamos aguardar, ... prazo é em 2021, isso está chegar à porta, daqui a dias vamos ter forçosamente mais informação, a partir daí vamos tomar uma posição... é lógico que se tiver impacto ambiental negativo , ninguém quer cá isso, ...nem o próprio Governo quer isso." ----------

----- De seguida, a intervenção foi a da Conselheira Elisa Lima que relembrou que "relativamente às questões de impacto ambiental, numa discussão pública que houve aqui sobre o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, nessa discussão pública... (houve) uma brilhante questão, que se naquele Plano de Ordenamento Turístico já não deveria estar delimitada, ou pelo menos marcada no mapa, a zona onde será construído o porto espacial. Fazendo aqui uma explicação muito rápida do que é esse plano de ordenamento, no fundo aquele plano vem demonstrar quais são as potencialidades da ilha, quais são os problemas identificados no que diz respeito ao turismo, e a ideia será construir cenários com base naquele plano de ordenamento turístico. E portanto, tendo em consideração que aquilo é uma forma de construir um possível cenário, porque não já na altura ter colocado um cenário em que incluísse um Spaceport. Perante essa questão dessa senhora, a resposta que nos foi dada, foi que se o Spaceport fosse montado naquele lugar, ou na ilha, colocaria em causa todo o trabalho que foi feito no Plano de Ordenamento Turístico da Região para Santa Maria. Portanto, acho que não faz sentido nenhum a gente discutir as questões ambientais, é óbvio, mas se o Governo tem essa pretensão, deveria pelo menos considerar um cenário em que aparecesse o Spaceport." ----------

----- A seguir, o Presidente deu a palavra à Conselheira Márcia Santos que disse que quanto à questão que o Conselheiro Jorge da Costa sublinhou, ou seja "que sem legislação não podia haver propostas para a construção de um porto espacial, e volto a duas reuniões atrás, onde falamos sobre isso, e isso é um dado concreto, e que vale a pena ter em atenção, tem haver com os seguros que estão associados e que já estão legislados. Nós estamos a falar de contrapartidas, mas não estamos a falar de garantias, das garantias à população. Eu tenho interesse pessoal, é evidente, mas também defendo não só a questão e a população de Malbusca, que está lá muito perto, mas também os restantes residentes em Santa Maria. E continuamos a não ter, por exemplo, a salvaguarda, não existe nada que salvaguarde as casas que estão nas imediações daquilo que será um porto espacial. Se eles lançarem um foguetão e as minhas janelas partirem, quem é que paga? E isso faz parte daquilo que tem que estar inscrito naquilo que se quer para Santa Maria. Não é só falar que precisamos de empresas, e não sei mais o que, mas é preciso haver muitas salvaguardas, e não é só em relação ao ambiente. E continuo a dizer, a maior parte das pessoas, ainda não foi ou não sentou no meio do suposto campo de futebol onde

querem por a plataforma de lançamentos, e não olhou para a ilha e não viu quantas casas que se vêem dali. Por isso, desafio a quem aqui está que vá lá e veja."----------

----- Passada a palavra ao Conselheiro José de Melo, este iniciou a sua intervenção dizendo que "uma vez que ficou marcada, ou pelo menos levantada a hipótese de se fazer um conselho específico para essa matéria, mas pelos vistos, não será para breve, até porque não temos matéria para isso, a nossa posição aqui, e represento aqui o partido socialista, mas acima de tudo, a voz dos marienses, vinquei que isso perante o Governo, a voz dos marienses junto ao Governo, é que numa eventual hipótese de vir para aqui este projeto, a concretização deste, porque no fundo pode estar a 1% cento de concretização, ou a 99% não, ficamos aqui neste ponto, nós não vamos abdicar de lutar perante aquilo que se apresentou perante o Governo em primeira mão, e estrategicamente ficou de uma forma clara junto do Governo que, tanto o partido que suporta o Governo e que é de sua cor aqui em Santa Maria, como os marienses, porque eu fiz questão de dizer que estava a representar a voz dos marienses, que até o Sr. Presidente confundiu, confunde no recado que disse a seguir foi que o Conselho de Ilha, ao contrário do que eu tinha dito, que não representava a voz dos marienses, e não foi isso que eu disse. Eu disse que, além de reconhecer o trabalho do Governo aqui na Ilha, também tinha a missão de representar a voz dos marienses perante o Governo, mais do que a voz do Governo na Ilha de Santa Maria. Portanto, era isso que eu me assumia ali. E a nossa posição é esta, é que tudo o que, e utilizei estes termos, esteja na orla, ou que for disputado no âmbito do Spaceport, em termos de serviços, em termos de empresas, deve vir para a ilha de Santa Maria. Esta é uma posição que deixei vincada ali, vinco aqui, e que fique registado em ata que é isso que nós vamos lutar de forma clara. Eu se tivesse no lugar do Presidente do Governo, eu não gostei, como mariense, ouvir a conversa dele, mas se fosse presidente do Governo também responderia da mesma maneira. Ele como presidente de todos os açorianos, também diz isso. Como se a Câmara Municipal estivesse a fazer um empreendimento de grande vulto em Santa Bárbara, ou em Almagreira, ou em Vila do Porto, é evidente que ele não ia dizer que era só para beneficiar aquela freguesia, mas a ilha na totalidade. Eu percebi completamente. Mas nós devemos estar atentos, porque há necessariamente lobbies económicos que se vão pôr em bicos-de-pés, nomeadamente em São Miguel, e temos o exemplo da zona franca, que das seis ou sete empresas que se criaram na zona franca, não houve uma na ilha de Santa Maria. E houve várias que tiveram mais do que uma década a beneficiar das deduções. E nós devemos estar muito atentos a isso. Agora, eu compreendo que se houver alguma situação técnica, logística, que prove de uma forma claríssima que não é possível ser em Santa Maria, e que é possível em São Miguel, isso aí já é diferente, mas agora se tecnicamente for possível para a ilha de Santa Maria, eu penso que o Governo deveria, em primeira mão, nem abrir outras hipóteses, porque no fundo o Sr. Presidente lá disse foi seguinte: o que é que tu querias? Se houver alguma empresa que diga quer se montar em São Miguel, ele disse isso por outras palavras, ou é em Santa Maria ou não há. Isso aí, é preciso é que façamos sentir os marienses, criar um lobby nesse sentido, de que não se crie nem sequer a hipótese de haver esse jogo em São Miguel, ou Terceira, nomeadamente, que as outras ilhas não vão reivindicar isso para que seja lá, e que também, politicamente, o Governo não comesse muito a abrir a asa, sobre os serviços e as empresas, para outros sítios, porque as declarações do Presidente do Governo, se eu tivesse no lugar dele dizia assim, já está a começar a abrir a asa, também já é para os outros. Já começou a abrir a asa, isso aí é que me preocupa. Por isso, eu penso que devemos registar essa posição, concordo que fique mesmo em documento, de que o Conselho de Ilha, representando os marienses, sem dúvida nenhuma,

que não está numa constatação do projeto aqui para a ilha de Santa Maria, não está numa constatação, mas o que acontece ao vir aqui para essa ilha, porque esse projecto se vier para os Açores se deve ao facto de só se encaixar na ilha de Santa Maria, porque eu não tenho dúvidas nenhumas, que se encaixasse no Nordeste ou se encaixasse na Lagoa, ia era para lá, não tenho dúvida, se Santa Maria tivesse em pé de igualdade com a Terceira, com o Faial, mesmo com o Pico e com São Miguel, nunca viria o Spaceport para a ilha de Santa Maria, não tenho dúvidas nenhumas, eu não tenho dúvidas nenhumas disso. Agora, atendendo a que realmente só se pode encaixar na ilha de Santa Maria, fazendo valer que a continuidade territorial, o desenvolvimento harmônico da região, e estes grandes chavões, que vincar isso de forma clara, que os serviços decorrentes ou impulsionados pelo Spaceport sejam vindos para a ilha de Santa Maria." ----------

----- O Conselheiro Roberto Furtado interveio e disse que "(...) não sabemos em concreto o que o Governo Regional pretende investir na ilha de Santa Maria." E informou que é do conhecimento público os investimentos na área tecnológica/espacial "50 milhões para Peniche e Matosinhos, instalado o Terceira Tech Island que criou 100 posto de trabalho diretos (...) e Santa Maria, que foi, se calhar, o ponto de partida, tem zero neste momento. O que me preocupa é que nós não vamos ter forma de reivindicar contrapartidas. Ainda mais, porque já tivemos a declaração do Presidente Regional que disse claramente que 'eu não vou dar garantias.' " ----------

----- O Presidente do Conselho, Daniel Gonçalves pediu para fazer uma observação relativa a este assunto, disse "Vamos imaginar um cenário em que realmente não vai acontecer nada. Portanto, este foi um projeto falhado. Tentou-se, mas não se conseguiu. Vamos imaginar isto. Eu lamento que sejam quase três anos que se perderam de desenvolvimento para Santa Maria, e explico. Pensemos assim... se formos a ver o Plano de Orçamento para 2019, e se não tivesse sido a nossa observação de que o turismo teve um decréscimo, mantinha esse decréscimo de investimento e não tinha nenhum incremento. Ao passo que, na área de investimentos da ciência, um milhão e tal. Ou seja, é como se a tutela tivesse quase garantido o investimento aeroespacial em detrimento de qualquer outro, mas agora o cenário até pode estar a mudar, quando há uns tempos, estava quase garantido que já não era preciso investir no turismo, que não era por aí que Santa Maria teria futuro. A verdade é que Santa Maria quase que fica refém do Spaceport, mas perante o cenário de ele não acontecer, como é que é? Perdemos três anos. Três anos de algum rumo de segurança como, por exemplo, proteger empresas na área do turismo que cresceram, que quiseram dar mais, e que, se calhar, até podiam dar mais, mas não deram. Porque, atenção, isso deixou de ser a galinha dos ovos de ouro de Santa Maria. Caramba, desde que cheguei a Santa Maria, em 99, a galinha dos ovos de ouro, da galinha dourada, seja o que for, era o turismo. Os investimentos foram na área do turismo. Nós podemos ver isso nos planos de orçamento, foram direcionados para isso, nós se calhar podemos-nos preocupar com essa questão. Mas nós estamos atentos. Não estamos distraídos, entendemos alguns sinais. Pode acontecer, como pode não acontecer. Mas na verdade estamos a pôr, como se costuma dizer, a carne toda num assador, e depois esse assador não vai dar em nada. É preciso salvaguardar que há investimentos em curso, e quem realmente apostou numa área, e foram quase levados ao colo para investir nessa área, devemos protegê-los, e eu partilho da preocupação que a conselheira Márcia tem porque provavelmente quem vive fora de Malbusca, ou não tem propriedades em Malbusca, pode ser mais fácil de lidar com esta

situação das prorrogações, ...esta indefinição àquelas pessoas que são proprietários de imóveis, nunca sabem o que vai acontecer." ----------

----- O Presidente e Conselheiro Daniel contou uma história sobre um casal que vive atualmente no Canadá, e que estes estão à espera da sua reforma para voltarem para a casa que compraram, em Malbusca, em 2019. Relatou ainda que o casal comprou um relógio e que o formataram para o dia da reforma deles. O relógio conta todos os dias, menos um. O Conselheiro sublinhou que o casal vive nessa expectativa, e que "agora já olham para esse relógio, com outros olhos, seria que é o relógio do primeiro lançamento ou é o relógio do meu primeiro dia de reforma ali em Malbusca... e se realmente pode sair alguma concreta deste ponto, fica uma posição inequívoca perante este cenário. Se eu houver este cenário, nós no abdicamos que realmente os investimentos de decorram da implementação de um Spaceport sejam realmente cá. ----------

----- O Conselheiro Roberto Furtado pediu para intervir para lembrar "que estava prevista a recepção das candidaturas no dia 30 de abril. (...) a premissa que nos levava a debater este assunto não foi cumprida devido à prorrogação do prazo de entrega das candidaturas. Quero eu dizer com isto que, este Conselho deve, num futuro próximo, no desenrolar deste processo, tornar a debater e aí sim, se calhar já com a informação concreta, para podermos tomar uma posição."----------

----- De seguida, o Presidente deu a palavra ao Conselheiro Jorge Costa. O Conselheiro disse que ainda relativamente à questão das contrapartidas, "parece que é a única questão de matéria que a gente pode aprofundar aqui, gostava de recordar para quem tem conhecimento, para quem não tem conhecimento, passar a informação, que há uns anos atrás, quando se discutia qual o futuro o pólo da escola profissional da Câmara de Comércio aqui em Santa Maria, que curso é que deveria seguir, porque já tinha ido para o comércio em geral, já tinha andado pelo turismo, e já tínhamos chegado à conclusão que a ilha por si só não absorve consecutivos cursos dentro da mesma temática, e mesmo por uma questão de uma estratégia Regional, de certa forma cada escola profissional de se direcionar mais nesta temática, menos nesta, e os alunos e os formandos se movimentarem dentro dos Açores e irem para ilha respetiva que se direcionou mais nesta área ou naquela, a Câmara do Comércio propôs ao Governo Regional que o pólo da escola profissional se direciona-se precisamente para a área que nós estamos agora aqui a discutir e, na altura, desenvolver os esforços junto empresa NAV e da Edisoft no sentido de poder garantir nessa proposta que ia apresentar ao Governo Regional que tinham quadros técnicos com formação avalizada para poderem lecionar os módulos que seriam específicos sobre essa matéria, que era uma das grandes dificuldades que existiam nas escolas profissionais era garantir que existissem quadros técnicos com capacidade para poder darem os módulos específicos. Sim senhor, foi tudo muito giro, e muito engraçado, apresentamos a proposta. Pois a proposta que a Câmara do Comércio apresentou foi chumbada, e o mesmo curso que foi chumbado ao pólo da Câmara do Comércio de Vila do Porto, que neste momento não existe, está inativa, foi o curso aprovado para a Escola Profissional das Capelas. Isso é que é a jogatina e a coisa que existe. Portanto, o documento que à bocadinho falei, que partilhei com o Sr. Conselheiro, e que posso dizer a todos, porque aquilo não é segredo, é precisamente a carta que a Câmara do Comércio enviava à Vice-Presidência do Governo, que é quem tem competência sobre a matéria da formação profissional. Não só deslumbrante possível necessidade

de mão-de-obra nesta matéria, como a recuperação que está a ser feita nas antigas oficinas do aeroporto, como sendo um centro de empresas antigamente denominadas 'ninhos de empresas', mas que agora o nome tem vindo aí a evoluir diante de novos conceitos, que seria importante desde já, e precavendo o futuro, que essa matéria fosse retomada e chamada à ilha de Santa Maria. Vamos ver, vamos ver. Estamos aqui para aguardar para ver se a decisão vai passar por as pessoas ir se formarem à Terceira ou a São Miguel, e depois virem trabalhar para Santa Maria ou o que é que vai acontecer. Estamos cá para ver. É aqui que eu entendo que deve ser o valor acrescentado do que deve sair deste órgão emissível. ----------

----- Para terminar, Conselheiro José Branco tomou a palavra para dizer que "Não obstante se tenha perdido a gravação da última reunião de preparação da visita estatutária, eu acho que nessa visita fui bem claro, acerca de todos esses pontos, e nunca achava tudo isto. Tenho pena de se ter perdido a gravação, mas de facto expus aí tudo o que são as preocupações que acho que devemos ter, nomeadamente as que devemos ter com as contrapartidas e as garantias que são necessárias para um projeto destes. É certo que este silêncio que temos sentido ultimamente é um silêncio que me preocupa, porque pode querer dizer várias coisas, todo o silêncio recente à volta deste assunto. E preocupante é também a forma como o Senhor Presidente do Governo nos responde no Conselho de Ilha. ----------

----- A forma como o Sr. Presidente do Governo nos responde é claramente dizer-nos que as coisas hão de ser como tiverem que ser, e como ele quiser, e a gente tem que comer e calar. E isso é que é o dado novo que temos em cima da mesa e que a mim me preocupa especialmente. Os investimentos que são feitos no PREIT da Terceira, nos investimentos nas fábricas do leite por essas ilhas abaixo, de tudo e mais alguma coisa, eu acho muito bem que sejam feitas, mas não partido nenhum disso, porque vivo geograficamente noutro torrão, não é, noutra ilha. Portanto, o que nós teremos de saber tirar partido é de facto de todas as contrapartidas para Santa Maria, e isso tem que ser um ponto de honra que todos nós temos que afincadamente fazer ver desde logo do comunicado que sair desta reunião. Nós não podemos admitir de maneira nenhuma o que foi dito, o que foi dado a entender. Está bem que somos pequeninos, somos poucos, se calhar, não teremos os recursos humanos, mas também não tínhamos há setenta anos, quando se instalou a aeronáutica aí no aeroporto em Santa Maria. E depois tiveram que ser deslocados recursos e técnicos que fez o 'boom' que nessa altura se viveu. Se for possível outra vez viver um certo 'boom', já que a ilha é a tal 100 por cento espacial, que o Sr. Ministro que ainda não pôs os pés em Santa Maria, e que tem vindo tantas vezes a São Miguel e à Terceira como nós temos visto, isto é preocupante. Quero dizer, o Sr. Ministro diz que a ilha de Santa Maria que é a ilha 100 por cento espacial, no entanto tem se deslocado a mudo é a São Miguel e à Terceira. Isso preocupa-me. Isso preocupa-me. Outro assunto que me preocupa, e até acho importante a sociedade movimentar-se, achei muito interessante, e de certa deu uma nota de certa vitalidade, que eu até pensei que já não havia na minha ilha, foram os grupos de cidadãos que se movimentaram tanto nos prós como nos contras. Ultimamente, não tenho ouvido esses cidadãos. Acho que estes cidadãos deveriam estar aqui connosco hoje, ou noutro momento qualquer, a discutir os prós e os contras, connosco, com este órgão, ou com a Assembleia Municipal. Eu estranho isso. Como acho estranho também uma parte desse grupo de cidadãos terem sido recebidos pelo Sr. Presidente do Governo. O

Sr. Presidente do Governo deve ouvir as entidades públicas, evidentemente, e provavelmente terá que ouvir os cidadãos, mas eu acho que sobre esses assuntos que nos diz respeito a todos, tem que ser pelas entidades próprias que representam os marienses. E de facto isso são situações que me preocupam. E até receber uns e não receber outros, também não sei se foi pedido audiência. Mas, quero dizer, são pormenores que de facto fazem a diferença, e a par de todo este silêncio que tenho ouvido, preocupa-me. E eu não sou como alguns que já fizeram crer aqui - se calhar, isto não vai dar nada. Isto até pode dar muita coisa, e as coisas quando formos para querer tomar alguma atitude já vai ser tarde. Acho que estamos seriamente a correr esse risco. Isto pode ser uma estratégia própria para que, quando estiver tudo preparadinho. Eu lembro que a Agência Espacial Europeia foi anunciada que tinha sede em Santa Maria, até hoje alguém sabe quem pediu, quem são os funcionários, onde funciona os serviços, quantos técnicos tem, e que tipo de tecnologias ou de serviço desenvolve? Isto preocupa-me. E é sobre isso que temos que tomar atitudes e dizer que estamos cá. Não pode ser como os anúncios dos campos de golfe, das Ilhas de Valor, que fazem que tem cá a sede, mas depois fazem as obras é nos outros sítios, nas outras ilhas. Não, nós temos que tirar partido do que for anunciado para cá, mas tirar partido desse facto. Por isso, é que faz sentido ser cá, é se ficarem as mais valias, humanas, sociais e económicas. E a par do que estou a dizer, foi o que disse na reunião anterior, acho que fui claro para todos, e de certa forma já ouvi algum consenso aqui acerca desses temas que trouxe e que muito me apraz." ----------

-----Para concluir, o Presidente do Conselho lembrou que "são neste momento 18h06, então a conclusão que nós poderíamos tirar é que, não havendo quem se oponha a esta ideia, e se houver, tem um momento para o fazer, é que o Conselho de Ilha, em relação a este assunto, acaba por concentrar as atenções, na ideia de que, a haver um investimento na área de um Spaceport, os benefícios devem ser inequivocamente direcionados para Santa Maria, e não de outra forma. A redação pode ser aperfeiçoada, mas a ideia é mais ou menos esta". A nossa próxima reunião ordinária, como habitualmente, será em setembro, ou em outubro, depois das eleições, que é uma data que coincide com a metade do mandato autárquico. O Presidente acrescentou que podemos ir pensando na possibilidade de fazermos um balanço do trabalho que é desenvolvido ao nível da autarquia. ----------

------ Antes de encerrar a reunião, o Conselheiro Roberto Furtado sugeriu que para uma futura reunião do Conselho de Ilha, se convidassem as organizações culturais e desportivas da ilha para estarem presentes. ----------

----- O Presidente do Conselho de Ilha, Conselheiro Daniel Gonçalves, agradeceu a participação de todos e todas, e nada mais havendo a tratar deu por encerrada esta sessão pelas 18:10 horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim, Maria Helena Cabral de Lordelo, que a redigi e subscrevi, bem como pelos membros da mesa do Conselho de Ilha. ----------

---

Assinaturas:

Daniel da Silva Gonçalves

José Arsenio